

Luís Alberto Marques Alves

O arranque do Ensino Industrial no Porto (1884-1910)

R E S U M O

Na segunda metade do século XIX, Portugal conheceu grandes transformações em grande parte decorrentes da estabilidade política e da evolução económica. O ensino industrial, como um mecanismo de industrialização essencial para a formação de profissionais qualificados, teve origem nas iniciativas legislativas de 1851, mas as primeiras escolas só apareceram depois de 1884. No Porto, duas escolas foram frequentadas por mais de 15.000 estudantes até 1910 – Faria Guimarães e Infante D. Henrique. Este trabalho apresenta um estudo centrado nestas escolas.

1. O PORTO NO ARRANQUE DO ENSINO INDUSTRIAL (1884-1910)

“(…) Esta nossa cidade - seja dito para aquelas pessoas que porventura a conhecem menos - divide-se naturalmente em três regiões, distintas por fisionomias particulares. A região oriental, a central e a ocidental.

O bairro central é o portuense propriamente dito; o oriental, o brasileiro; o ocidental, o inglês.

No primeiro predominam a loja, o balcão, o escritório, a casa de muitas janelas e extensas varandas, (...) a rua estreita, muito vigiada de polícias (...) onde mais se compra e vende; onde mais se trabalha de dia, onde mais se dorme de noite.

(...) O bairro oriental é principalmente brasileiro, por mais procurado pelos capitalistas que recolhem da América. Predominam neste umas enormes moles graníticas, a que chamam palacetes(...). Pelas janelas quase sempre algum capitalista ocioso.

(...) O bairro ocidental é o inglês, por ser especialmente aí o *habitat* destes nossos hóspedes. Predomina a casa pintada de verde escuro, de roxo-terra, de cor de café, de cinzento, de preto ... até de preto! Arquitectura despretensiosa, mas elegante; janelas rectangulares; o peitoril mais usado do que a sacada. Persianas e transparentes de fazerem desesperar curiosidades. Ninguém pelas janelas. (...)”¹.

É neste quadro naturalista do Porto que vamos assistir ao aparecimento de novos espaços educativos industriais a partir de 1884-1885. Novos, embora surjam na sequência do pioneirismo da Escola Industrial de iniciativa da Associação Industrial Portuense, do papel que na década de 80 já tem o Instituto Industrial e, a um outro nível, do espaço já ocupado pela Academia Politécnica. Faltavam, no entanto, escolas que, a um nível

¹ DINIS, 1989: 27-29.

mais elementar, preparassem os operários dos novos espaços fabris que começavam a proliferar em diferentes zonas do Porto ²:

É esse o sentido da iniciativa governamental de António Augusto de Aguiar que contempla a área do Porto com duas escolas : Faria Guimarães, no Bonfim (bairro oriental) e Infante D. Henrique, em Vilar (bairro ocidental). Complementarmente, foi criada a escola Passos Manuel em Vila Nova de Gaia, num dos subúrbios da cidade que mostrava maiores potencialidades de crescimento.

2. A ESCOLA DE DESENHO INDUSTRIAL FARIA GUIMARÃES (1885-1910)

No primeiro ano lectivo - 1884-1885 - só foi possível pôr em funcionamento a escola Faria Guimarães, tendo-se o ano lectivo iniciado apenas em 12 de Janeiro de 1885, em instalações provisórias e arrendadas na Rua do Bonfim, e com material cedido pelo Instituto Industrial do Porto. No relatório correspondente a esse ano, o inspector José Guilherme de Parada e Silva Leitão, explicita algumas das dificuldades encontradas e as iniciativas para as superar:

“(…) Estão funcionando as escolas de Coimbra, a de Vila Nova de Gaia, a do Bonfim (no Porto) e na de Guimarães apenas a aula de desenho.

Para que estas escolas principiassem a funcionar, logo que me foi participada a minha nomeação, tratei de obter casas que pudessem servir para n’elas se abrirem as aulas, trabalho este bastante difícil, porque é raro encontrar casas apropriadas pela limitada importância votada no orçamento.

(…) Determinado o local em que a escola devia ficar (‘Bonfim, local perfeitamente escolhido porque é um dos pontos da cidade onde predomina a população industrial’), restava procurar casa que pudesse servir para ela ser instalada e funcionar, embora temporariamente; não era, porém, questão tão fácil de resolver (...) e atendendo ao preço elevado dos alugueis no Porto, era em extremo difícil de encontrar uma casa que medianamente satisfizesse, porque em geral os donos dos prédios têm sempre uma certa repugnância em alugá-los para escolas.

(…) Neste meu empenho socorri-me do auxílio das autoridades locais, e de todas obtive o melhor acolhimento, devendo citar particularmente a camara municipal do Porto, que me ofereceu terreno para a edificação da casa para a escola do Bonfim ³.

(…) Tratei de organizar o pessoal de cada uma das escolas, propondo a colocação dos diversos professores que deviam dirigi-las, sendo nomeado (...) para a escola Faria Guimarães, no Bonfim, António de Santos Pousada (...).” ⁴

² “(...) A indústria cresce em extensão, mas, do ponto de vista urbanístico, cresce para dentro, reforçada pela situação de trabalho ao domicilio. Não há aqui grandes concentrações de instalações industriais e mesmo nas freguesias mais marcadas pela indústria, como o Bonfim ou Santo Ildefonso, as grandes unidades são pouco numerosas e a miríade de pequenas fábricas e oficinas que então proliferavam estavam instaladas no interior das simples casas de habitação (...).

As novas fábricas não revelam nenhuma preferência especial por qualquer freguesia da cidade, distribuindo-se de uma forma regular por todas elas (...). Quando muito, podemos salientar uma relativa preferência por algumas das freguesias então periféricas como o Bonfim, Santo Ildefonso ou Paranhos.” CORDEIRO, 1996: 325.

³ Neste terreno, situado no Campo 24 de Agosto, chegou a efectuar-se a cerimónia do lançamento da primeira pedra, em 1 de Outubro de 1887, que contou com a presença do rei D. Luís. O edifício aí construído seria no entanto destinado ao Asilo das Raparigas Abandonadas, protelando as promessas e a instalação da Escola em espaço condigno.

⁴ *Relatórios*, 1888: 6-18.

Desde logo a adesão verificada permite evidenciar as esperanças que os habitantes do Porto depositavam nesta nova área educativa - Quadro 1 - e as características sócio-profissionais dos seus alunos espelham a marca da zona oriental da cidade (destaque para os ourives e os tecelões).

QUADRO 1 – Mapa dos alunos matriculados na Escola de Desenho Industrial Faria Guimarães, no Bonfim – Porto, no ano lectivo de 1884/85

PROFISSÕES	GRAUS DE ENSINO						TOTAL
	Elementar			Industrial			
	M.	F.	Total	M.	F.	Total	
Barbeiros	1	-	1	-	-	-	1
Chapeleiros	1	-	1	-	-	-	1
Caixeiros	8	-	8	-	-	-	8
Canteiros	4	-	4	3	-	3	7
Carpinteiros	7	-	7	-	-	-	7
Costureiras	-	1	1	-	-	-	1
Douradores	1	-	1	-	-	-	1
Estudantes	34	-	34	-	-	-	34
Gravadores	1	-	1	-	-	-	1
Impressores	5	-	5	-	-	-	5
Industriais	3	-	3	1	-	1	4
Litógrafos	1	-	1	1	-	1	2
Marceneiros	3	-	3	1	-	1	4
Ourives	8	-	8	2	-	2	10
Fotógrafos	1	-	1	-	-	-	1
Pintores	1	-	1	-	-	-	1
Sapateiros	3	-	3	-	-	-	3
Serralheiros	3	-	3	1	-	1	4
Tecelões	14	-	14	-	-	-	14
Trochas	2	-	2	1	-	1	3
Tipógrafos	1	-	1	-	-	-	1
S/ profissão designada	31	-	31	-	-	-	31
TOTAL	133	1	134	10	-	10	144

Fonte: LEITÃO, José Guilherme de Parada e Silva, 1888 - *Relatórios sobre as Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Norte (1884 - 1885 a 1886 - 1887)*, Lisboa, Imprensa Nacional. Adaptado.

Nos anos lectivos seguintes não houve grande diminuição de alunos mas as instalações provisórias, na referida Rua do Bonfim, começaram a provocar grandes constrangimentos, originando um processo reivindicativo que se prolongou pelo menos até 1927⁵, altura em que se conseguiu autorização para a compra do espaço da Real e Imperial Chapelaria a Vapor Costa Braga & Filhos que existia na Rua Firmeza, e que, naturalmente, se teve de adaptar.

⁵ Em 1922 a Escola foi autorizada a mudar-se para um velho casarão da rua de Santo Ildefonso nº422 que tinha sido utilizado, até então, pelo liceu Alexandre Herculano.

O problema das adequadas instalações não impediu que a Escola Industrial Faria Guimarães fosse mais um exemplo da crescente adesão ao ensino industrial que marcou o período entre 1885 e 1910.

QUADRO 2⁶ – Frequência e Aproveitamento da Escola Faria Guimarães (1884/85 a 1909/10)

ANOS LECTIVOS	INSCRIÇÕES POR ALUNOS			APROVEITAMENTO							Sucesso Escolar %
	M	F	T	APROVADOS			REPROVADOS				
				M	F	T	M	F	T	Por faltas	
1884-85	143	1	144	56	1	57	—	—	—	—	39,5
1885-86	76	3	79	26	—	26	6	4	10	—	32,9
1886-87	57	—	57	20	—	20	2	—	2	—	35,0
1887-88	62	—	62	(25)	—	(25)	—	—	—	—	41,4
1888-89	107	1	108	(47)	(1)	(48)	—	—	—	—	44,4
1889-90	125	1	126	(25)	(1)	(26)	—	—	—	—	20,5
1890-91	118	3	121	(39)	(3)	(42)	—	—	—	—	34,3
1891-92	155	1	156	64	—	64	2	—	2	—	41,0
1892-93	193	—	193	67	—	67	1	—	1	—	34,7
1893-94	173	—	173	66	—	66	11	—	11	—	38,1
1894-95	175	—	175	61	—	61	5	—	5	—	34,8
1895-96	173	—	173	58	—	58	15	—	15	—	33,5
1896-97	226	1	227	77	1	78	29	—	29	—	34,4
1897-98	146	—	146	67	—	67	30	—	30	—	45,9
1898-99	148	2	150	73	2	75	20	—	20	—	50,0
1899-1900	133	—	133	68	—	68	13	—	13	—	51,1
1900-01	128	—	128	76	—	76	52	—	52	42	59,3
1901-02	160	—	160	82	—	82	78	—	78	48	51,3
1902-03	159	—	159	99	—	99	60	—	60	38	62,3
1903-04	214	—	214	117	—	117	97	—	97	66	54,7
1904-05	170	—	170	104	—	104	66	—	66	30	61,2
1905-06	243	—	243	126	—	126	116	—	116	63	51,9
1906-07	216	—	216	91	—	91	124	—	124	89	42,1
1907-08	200	—	200	88	—	88	112	—	112	100	44,0
1908-09	194	—	194	104	—	104	87	—	87	82	53,6
1909-1910	210	—	210	104	—	104	106	—	106	101	49,5
TOTAIS	4104	13	4117	1830	9	1839	1032	4	1036	(2)	43,9 (média)

(1) Entre parêntesis valores calculados em função dos dados disponíveis (rendimento escolar e alunos inscritos).

(2) Totais sem significado face ao reduzido nº de anos para que temos estes valores.

Pela análise dos dados referentes à escola Faria Guimarães, para os seus primeiros 26 anos de funcionamento, é possível caracterizar mais pormenorizadamente a sua frequência e descortinar o impacto da sua formação no contexto da industrialização no Porto na passagem do século.

Desde logo ressaltam os 4.117 alunos que frequentaram a escola entre 1885 e 1910 e a reduzida percentagem de população feminina, que desaparece mesmo a partir do ano lectivo de 1899-1900. A primeira década do século XX assiste a uma estabilização de inscrições na casa das duas centenas, com o ano de 1905-1906 a ser responsável pela maior frequência re-gistada neste período que estamos a analisar.

⁶ Os dados apresentados neste Quadro foram obtidos nos Anuários Estatísticos de 1886 a 1910 e nos Relatórios sobre Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Norte, apresentados pelo inspetor José Guilherme de Parada e Silva Leitão. Estes números nem sempre coincidem com os apresentados no *Boletim da Escola Industrial de "Faria Guimarães" (Arte Aplicada). 1884 a 1939*, 1939, Porto, Edições Maranus.

Em termos de aproveitamento verifica-se um alto índice de sucesso nas poucas alunas que frequentaram a escola - das 13 referidas 9 ficaram aprovadas - e um nível de reprovações que, podemos observá-lo a partir do momento que as estatísticas passam a contemplar este dado, se deve sobretudo ao grande absentismo dos alunos. Esta característica não é exclusiva desta escola e daí a preocupação dos legisladores - nomeadamente João Franco em 1891, Bernardino Machado em 1893 e Manuel Francisco Vargas em 1901 - em encontrarem mecanismos penalizadores da falta de assiduidade. Apesar de tudo é possível constatar um sucesso médio que se situa nos 43,9%.

Quanto ao quadro curricular, a escola foi sofrendo adaptações em função da legislação que foi sendo publicada durante o período que estamos a considerar. A sua criação no decreto de 6 de Maio de 1884 tinha por finalidade a leccionação do ensino elementar de desenho industrial e do desenho especial dos ramos ornamental e mecânico do ensino industrial. Este currículo contemplava conteúdos programáticos que englobavam desenho simples linear à vista, desenho real à vista, desenho geométrico, desenho de ornato, perspectiva e aguadas, modelação, desenho à vista de máquinas e elaboração de cortes.

Na legislação de João Franco de 8 de Outubro de 1891, a “Faria Guimarães” aparece englobada nas “escolas industriais elementares onde se professa unicamente o ramo de ensino de arte industrial” (Decreto de 8 de Outubro de 1891, artº 90), e que contemplava ainda na circunscrição do norte a “Passos Manuel” em Gaia, a “Nun’ Álvares” de Viana, a “Infante D. Pedro” em Bragança e a “D. Luís” em Vila Real. Contrapondo com estas escolas apareciam as escolas industriais completas - “Marquês de Pombal” em Lisboa e “Infante D. Henrique” no Porto - e as incompletas que professavam cursos de acordo com as necessidades das localidades onde estavam inseridas.

Quando em 5 de Outubro de 1893, Bernardino Machado procura sistematizar o quadro curricular das diferentes escolas, a “Faria Guimarães” fica apenas com a responsabilidade de leccionação das disciplinas de Desenho Geral e Desenho Ornamental nas classes I e II que correspondia ao Curso Geral Elementar, conferindo ainda habilitação para os cursos industriais de “pintor decorativo”, “tecelão”, “formador” e “estucador”. Para a leccionação a escola contava com os professores Teodoro Pinto dos Santos Fonseca, pertencente ao quadro desde 8 de Novembro de 1884⁷, Silvestro Silvestri, contratado em Roma por concurso desde 7 de Agosto de 1888, e Artur Torquato de Moura Coutinho d’Almeida d’Eça, com a categoria de professor auxiliar desde 24 de Julho de 1889.

A estrutura curricular praticamente não se altera até 1910 reflexo fundamentalmente da estabilização da população escolar e do poder de atracção que foi sendo exercido pela Escola “Infante D. Henrique” que possuía todas as disciplinas, habilitava para 20 cursos industriais num total de 31, tinha oficinas de trabalhos práticos, ao contrário da “Faria Guimarães”, e estava instalada no Palacete Sandeman na Cordoaria, a uma distância relativamente acessível das instalações da Escola Faria Guimarães na Rua Firmeza. Corroborando este poder de atracção identificamos nos alunos que a frequentaram entre 1885 e 1910, 1008 alunos e 139 alunas que eram originárias das freguesias de Bonfim, Campanhã e Santo Ildefonso, num total de 6.150 alunos⁸.

⁷ Este professor tem um percurso conturbado na Faria Guimarães pois, pertencendo ao quadro da escola desde a sua fundação, chegou a director mas era, em 1898, extremamente contestado e mesmo alvo de uma participação por parte do inspector da circunscrição do norte.

⁸ ALVES, 1998.

Estes factores ajudam também a perceber a frequência mais baixa em relação a outras escolas, nomeadamente a Escola Infante D. Henrique que teve no mesmo período - 1885/1910 - mais do dobro dos alunos inscritos na Faria Guimarães (9.592 no primeiro caso e 4.117 no segundo).

Estas características específicas da Escola Faria Guimarães ajudam a explicar a apresentação por parte de António José Arroio, num Relatório datado de 15 de Abril de 1911, de uma proposta de reequacionamento do papel da Escola no contexto do ensino industrial, em termos tanto nacionais como, sobretudo, da região onde estava inserida:

“(…) A Escola de Desenho Industrial Faria Guimarães deverá ser transformada numa escola industrial destinada, principalmente ao ensino da tecelagem, o que em parte, é aconselhado pela sua situação junto de um dos bairros tecelões mais importantes da cidade. Da actual escola ficará aí apenas o desenho elementar, passando a parte decorativa para outra escola⁹. Esse ensino da tecelagem será estabelecido na hipótese de ser um centro de irradiação, não só para a cidade e arredores, como também para a indústria fabril e caseira do Minho e Douro (...). A escola necessitará evidentemente de um edifício próprio (...).”¹⁰

3. A ESCOLA INDUSTRIAL INFANTE D. HENRIQUE - Um espaço educativo do Porto oitocentista (1885-1910)

A decisão de instalar a escola junto do Museu Industrial e Comercial, na zona de Vilar e em espaço pertencente ao Palácio de Cristal, teve sobretudo a ver com a rentabilização dos meios e recursos¹¹ aí existentes e com as potencialidades demográficas que esse espaço citadino oferecia:

“(…) No último quartel do século XIX, o ritmo de crescimento da população do Porto revela um dinamismo notável, muito superior ao resto do país e mesmo ligeiramente mais acentuado que o da capital.

O crescimento acelera sobretudo a partir da década de setenta até aos anos noventa, atingindo uma taxa anual média acima dos 2% entre 1878 e 1890, atenuado depois pelos efeitos da crise económica.

Entre 1878 e 1911, a população portuense aumenta cerca de 75%, quase tanto como aumentara, em termos relativos, nos quase cem anos anteriores (...).

Se observarmos a distribuição da população portuense no espaço urbano, facilmente nos apercebemos de profundas diferenças (...). Assim, enquanto a zona antiga, constituída pelas freguesias do centro histórico (Sé, Vitória, S. Nicolau), mantém um fraquíssimo crescimento (no caso de S. Nicolau verificam-se mesmo em vários períodos, taxas de variação negativas), a zona pericentral (Cedofeita, Bonfim, Santo

⁹ António José Arroio defendia a separação dos dois ramos de ensino, o industrial e o de arte decorativa ou industrial.

¹⁰ ARROIO, 1911: 182.

¹¹ Estamos sobretudo a referir-nos aos equipamentos do Museu e aos espaços subaproveitados do Palácio de Cristal, “inaugurado em 18 de Setembro de 1865 para a primeira exposição internacional realizada na Península” (In *Porto 1865*, 1994: 46).

Ildefonso, Miragaia, Massarelos), que é também a mais dinâmica em termos económicos, onde se situam as grandes unidades industriais, com zonas comerciais e de serviços importantes, conhece alguns pólos de elevado crescimento, duplicando praticamente a população. Para lá desta zona intermédia, o Porto dos subúrbios (Lordelo, Foz, Nevogilde, Aldoar, Ramalde, Paranhos, Campanhã) conserva acentuadas feições rurais (...)”¹².

Há uma perfeita sintonia entre a localização das escolas Faria Guimarães (Bonfim) e Infante D. Henrique (Vilar¹³) e as zonas de maior potencial demográfico e económico dentro da cidade. Era a implementação prática, de um dos objectivos que presidiram à criação desta nova rede de escolas : “(...) estas escolas terão por fim ministrar o ensino do desenho exclusivamente industrial e com aplicação à indústria ou indústrias predominantes nas localidades, onde são estabelecidas (...)”¹⁴.

As potencialidades referidas, entre outras que iremos tendo oportunidade de enumerar¹⁵, são certamente responsáveis pela extraordinária concorrência à matrícula verificada a partir de 20 de Junho de 1885. Rapidamente o seu número ultrapassa as 500 inscrições, provocando problemas de instalações pois “a casa destinada à Escola apenas tinha capacidade para 40 alunos”¹⁶. Para o ano lectivo de 1885-1886, que se iniciou apenas em 14 de Janeiro de 1886, teve de funcionar o *numerus clausus* sendo admitidos apenas 160 alunos distribuídos por 4 turmas. Todos os outros ficaram condicionalmente inscritos podendo ser chamados em caso de desistências. Esta incapacidade de o sistema responder a esta pressão inicial, vai ser responsável por algum desinteresse e descontentamento, visível na redução de inscritos para o ano seguinte. Pelo interesse específico da caracterização deste primeiro impacto com o sistema e com a Escola Infante D. Henrique, podemos observar com mais pormenor os alunos que procuraram entrar neste novo espaço escolar em 1885-1886.

¹² PEREIRA, 1995: 48-49. Em nota à margem afirma-se ainda : “ (...) A freguesia de Cedofeita vê a sua população aumentar dos 16.093 habitantes, em 1878, para os 31.214, em 1911, atingindo praticamente a população actual. Crescimento ainda maior verifica-se no Bonfim.” PEREIRA, 1995: 49.

¹³ Vilar, fica na periferia das freguesias de Cedofeita e Massarelos.

¹⁴ Artigo 3 do Decreto de 3 de Janeiro de 1884. In VASCONCELOS, 1885: 7.

¹⁵ Podemos, desde já referir que é indesmentível o crescimento demográfico, urbanístico e industrial da cidade a partir, sobretudo da década de 70. O Inquérito Industrial de 1881, enquanto ponto de referência desta evolução, permite-nos observar que “(...) muitas das unidades fabris mais importantes e tecnicamente melhor apetrechadas são, de facto, recentes. Seis das sete maiores moagens, dotadas de energia a vapor, foram instaladas entre 1874 e 1880. Das nove fábricas de tabacos duas datam de 1865 e todas as outras de 1871-1877. (...) Algumas das maiores fábricas têxteis surgem também neste período. (...) Segundo o Inquérito Industrial, o Porto ocupava na indústria cerca de um terço da população. (...) Em 1890, 1900 e 1911, as pessoas que exercem uma profissão industrial representam respectivamente 20,8%, 21,2% e 23,1% da população total.” In PEREIRA, 1995: 72.

¹⁶ MANSO, 1928: 8.

QUADRO 3
Alunos Inscritos por Idade
e Profissão (1885-1886) -
Escola Industrial
Infante D. Henrique

PROFISSÕES	IDADES												Total individual
	De 6 a 10 anos		De 11 a 15 anos		De 16 a 20 anos		De 21 a 25 anos		De 26 a 30 anos		De 31 a 40 anos		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Alfaiates	3	-	13	-	4	-	-	-	-	-	-	-	20
Barbeiros	-	-	-	-	42	-	2	-	-	-	1	-	7
Caixeiros	-	-	3	-	2	-	-	-	-	-	-	-	5
Carpinteiros	1	-	4	-	9	-	9	-	3	-	-	-	26
Chapeleiros	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2
Comerciantes	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2
Cordoeiros	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Correeiros	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Escultores	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Espingardeiros	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Fabricantes	-	-	54	-	18	-	2	-	-	-	1	-	75
Funileiros	-	-	1	-	7	-	2	-	-	-	-	-	10
Jardineiros	-	-	2	-	4	-	-	-	2	-	-	-	8
Latoeiros	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	4
Maquinistas	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Marceneiros	-	-	5	-	3	-	1	-	-	-	-	-	9
Modeladores	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Ourives	-	-	2	-	2	-	-	-	1	-	-	-	5
Pedreiros	-	-	18	-	8	-	1	-	2	-	-	-	29
Picheiros	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	1	-	5
Pintores	-	-	10	-	18	-	6	-	5	-	1	-	40
Professores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Relojeiros	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Sapateiros	-	-	22	-	6	-	-	-	1	-	1	-	30
Segeiros	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	4
Serralheiros	-	-	19	-	26	-	6	-	-	-	1	-	52
Tamanqueiros	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Tecelões	-	-	4	1	9	-	2	-	3	-	4	-	23
Torneiros	-	-	3	-	3	-	-	-	-	-	-	-	6
Troilhas	-	-	14	-	9	-	-	-	-	-	-	-	23
Tipógrafos	-	-	5	-	2	-	-	-	-	-	-	-	7
Sem profissão	62	5	65	4	14	-	2	-	1	-	-	-	153
TOTAL	66	5	252	5	165	-	33	-	18	-	10	1	555

Fonte: Arquivo da Escola Industrial Infante D. Henrique, Livros de matrículas.

Desde logo ressalta a passagem dos 555 candidatos matriculados em 1885 para os 114 que continuaram a acreditar que as instalações da Escola seriam suficientes para lhes proporcionar a via educativa almejada.

Nos dados do ano lectivo de 1885-1886 verifica-se que os candidatos concentram-se em faixas etárias relativamente baixas - 328 até aos 15 anos e 493 até aos 20 - o que permite credibilizar a hipótese de uma efectiva alternativa na rede escolar industrial. Um outro aspecto que merece referência é a quantidade de alunas que se inscrevem - onze - tendo cinco idades compreendidas entre os 6 e os 8 anos, cinco têm entre 11 e 13 anos e uma com 36 anos de idade, curiosamente uma professora. Atendendo às faixas etárias, é natural a existência de 153 matriculados sem profissão, mas não deixa de merecer destaque que as ocupações profissionais mais ligadas ao desenvolvimento demográfico, urbanístico e industrial da cidade, representem e atinjam valores significativos : caso dos carpinteiros, pedreiros,

pintores, serralheiros e trolhas, por um lado, dos alfaiates e sapateiros, por outro, e finalmente do grupo dos fabricantes e tecelões que significavam, muitas vezes a mesma ocupação.

Nesta perspectiva o ano de 1886 - 1887 não traz grandes alterações, sendo no entanto de referir a ausência de inscrições femininas, a que não será alheio o mau funcionamento do ano anterior (que incluiu aulas nocturnas), devidamente evidenciado pelo inspector da circunscrição do norte no seu relatório de 31 de Julho de 1886:

“(...) Aberta a aula em 14 de Janeiro de 1886, foram dados os lugares aos alunos pela ordem da matrícula, principiando-se pelos primeiros matriculados; e só quando estes faltavam é que eram admitidos os supranumerários. A afluência destes, porém, era sempre muito superior ao número dos lugares que ficavam vagos, acontecendo algumas vezes que aqueles que não podiam ser admitidos se retiravam descontentes, manifestando o seu descontentamento de um modo pouco cordato, no que eram favorecidos, não só pelas más condições da casa, como também pelo local onde se acha estabelecida, que é absolutamente impróprio para uma escola nocturna tão numerosamente concorrida.

A sala de aula é extremamente pequena, pois não comporta mais de quarenta alunos; não tem dependência alguma, e tem de servir para o estudo de todos os ramos de desenho, para modelação, para secretaria e finalmente para depósito de modelos.

Na minha opinião não podem ser piores as condições em que esta escola se encontra, sendo de urgente necessidade dar-lhe melhor acomodação (...)”¹⁷.

Apesar da urgência referida pelo inspector, só em 13 de Janeiro de 1890 a Escola pôde ocupar novas instalações situadas na rua do Triunfo (actual Rua D.Manuel II), que, continuando a ser insuficientes, motivaram em 1892 a mudança para a Rua da Bandeirinha e, posteriormente (Abril de 1897), para o Palacete Sandeman na Cordoaria onde se manteve até Outubro de 1933, altura em que mudou para as primeiras instalações criadas de raiz, onde se encontra ainda actualmente.

Este problema dos espaços educativos não era, obviamente, exclusivo desta Escola e os relatórios da inspecção referem situações idênticas, embora, pelo teor da redacção, menos graves do que as presentes na Infante D.Henrique. Esta evidência reforça o sentido das asserções sobre a urgência da constituição de uma rede escolar com cariz mais profissionalizante e por outro a adesão que a população das diferentes regiões, particularmente da circunscrição norte, manifestou perante esta nova oportunidade educativa. Bastará referir que o movimento escolar das quatro escolas que abriram na região norte, no ano lectivo de 1884-1885, cifrou-se em 657 alunos.

Embora tratando-se de uma situação excepcional, a frequência da Escola Infante D. Henrique manteve-se, até 1910, em níveis sempre elevados, sobretudo depois de asseguradas as instalações que garantiam uma resposta mais efectiva aos anseios da população portuense. O Quadro 4 permite-nos constatar essa elevada adesão que, além do espaço, vai implicar o recrutamento de novos professores para auxiliarem Teodoro Pinto dos Santos Coelho, primeiro docente da Escola¹⁸.

¹⁷ LEITÃO, 1888: 48-49.

¹⁸ Em 15 de Maio de 1889 são contratados três professores italianos - Michelangelo Soa, Vittorio Fiorentini e Giuseppe Cellini - para leccionarem Desenho Arquitectónico, Mecânico e Ornamental.

QUADRO 4
Alunos Matriculados por sexo
(1885/86 - 1909/10)
- Escola Industrial
Infante D. Henrique

ANOS LECTIVOS \ SEXO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL (M/F)
1885 - 1886	544	11	555
1886 - 1887	114	-	114
1887 - 1888	115	1	116
1888 - 1889	131	1	132
1889 - 1890	160	2	162
1890 - 1891	119	3	122
1891 - 1892	254	1	255
1892 - 1893	302	13	315
1893 - 1894	221	14	235
1894 - 1895	308	17	325
1895 - 1896	357	19	376
1896 - 1897	545	27	572
1897 - 1898	378	32	410
1898 - 1899	389	51	440
1899 - 1900	359	54	413
1900 - 1901	374	74	448
1901 - 1902	382	67	449
1902 - 1903	380	66	446
1903 - 1904	403	55	458
1904 - 1905	463	43	506
1905 - 1906	470	36	506
1906 - 1907	462	38	500
1907 - 1908	477	34	511
1908 - 1909	551	26	577
1909 - 1910	624	25	649
TOTAL	8.882	710	9.592

Fonte: Arquivo da Escola Infante D. Henrique, Livros de matrículas.

Desde logo é possível identificar um primeiro momento até 1890 - 1891 onde a frequência estabiliza, depois do excepcional primeiro ano, em pouco mais de cem alunos e com uma reduzida frequência feminina - de um total de 1.201 matriculados, apenas 18 são alunas. A reestruturação curricular e a transformação da Escola de Desenho Industrial em Industrial, possibilitando, a par da Marquês de Pombal de Lisboa, uma oferta de cursos mais abrangente, assegurada pela nova regulamentação deste tipo de ensino de 1891 e 1893, justifica a procura crescente a partir de 1891 - 1892, tanto da parte dos alunos como das alunas. A frequência feminina tem, nesta altura, um crescimento mais claro do que a masculina (entre 1891/92 e 1902/1903 inscreveram-se 435 alunas e 4.249 alunos) deixando de representar cerca de 1,5% do total de alunos inscritos entre 1885 - 1886 e 1890 - 1891 e passando para 9,3%. De 1903 - 1904 até à implantação da República assiste-se a uma consolidação do projecto de ensino industrial veiculado pela Escola Infante D. Henrique que assegura uma média anual de alunos que ultrapassa os 500. Em termos globais, os 9.592 alunos e alunas que se matricularam, permitem uma média anual ao longo dos 25 anos lectivos que ultrapassa os 383.

Pormenorizando a caracterização dos alunos que acorreram à Escola, podemos observar que na distribuição por idade e por sexo - Quadro 5 - se verifica uma forte concentração entre os 5 (ou mais correctamente 6¹⁹) e os 24 anos, sendo a faixa etária dos 10 aos 19 aquela que é responsável por cerca de 75% do total de matriculados.

¹⁹ O artigo 18 do Decreto de 6 de Maio de 1884 exigia um mínimo de 6 anos para se poder efectuar a matrícula.

QUADRO 5
Alunos Matriculados por Idade
e Sexo (1885/86 -1909/1910)
- Escola Industrial Infante
D. Henrique

IDADE \ SEXO	SEXO		TOTAL (M/F)
	MASCULINO	FEMININO	
05 - 09	106	13	119
10 - 14	3.101	417	3.518
15 - 19	3.469	231	3.700
20 - 24	1.333	33	1.366
25 - 29	584	5	589
30 - 34	183	3	186
35 - 39	64	1	65
40 - 44	13	2	15
45 - 49	1	1	2
Indet.	28	4	32
TOTAL	8.882	710	9.592

Fonte: Arquivo da Escola Infante D.Henrique, Livros de matrículas.

Um dado que se nos afigura de realçar é a existência de 268 alunos e alunas que estando acima dos 30 anos continuam a esperar da escola industrial uma resposta para as suas ambições educativas e, eventualmente, profissionais.

Relativamente à naturalidade dos alunos que frequentaram a Escola Infante D.Henrique entre 1885 e 1910, o Quadro 6 espelha, no nosso entender, a sua inserção no espaço geográfico e nas características populacionais da zona em que se inscreve.

QUADRO 6 – Alunos
Matriculados por Sexo e
Naturalidade
(Freguesias do Porto)
(1885/86 - 1909/10) - Escola
Industrial Infante D. Henrique

FREGUESIAS (Porto) \ SEXO	SEXO		TOTAL
	MASCULINO	FEMININO	
Aldoar	16	–	16
Bonfim	334	48	382
Campanhã	156	21	177
Cedofeita	1.151	91	1.242
Foz	177	3	180
Lordelo	452	5	457
Massarelos	963	49	1.012
Miragaia	426	57	483
Nevoeiro	5	–	5
Paranhos	125	20	145
Ramalde	196	6	202
Santo Ildefonso	518	70	588
São Nicolau	175	37	212
Sé	500	59	559
Vitória	438	52	490
TOTAL	5.632	518	6.150

Fonte: Arquivo da Escola Infante D.Henrique, Livros de matrículas

Pelos dados fornecidos, é possível descortinar uma resposta da Escola à população das freguesias que lhe estão adjacentes - caso de Cedofeita e Massarelos que são responsáveis por 2.254 alunos e alunas, ou seja, 36,7% do total. Se associarmos a estes dados a mobilidade da Escola, cujas instalações foram mudando entre o Palácio de Cristal, a Rua do Triunfo, a Rua da Bandeirinha e a Praça da Cordoaria, poderíamos pela mesma lógica associar as freguesias de Miragaia, S.Nicolau, Vitória ou mesmo Sé, passando a escola a servir 74,6% de entre os alunos naturais de freguesias que confinavam com as suas instalações. Nesta vertente estava

menos em causa a mobilidade da população e podíamos até falar de alguma estabilidade populacional.

Outra constatação prende-se com a observação das idades dos alunos inscritos. Verifica-se que depois de nos primeiros anos lectivos a média de idades se situar nos 15 anos, há uma tendência para ela aumentar, sobretudo a partir de 1889-1890, estabilizando entre os 16 e os 17 anos. A década de 90 assume-se como aquela em que os alunos que frequentaram a Escola tinham uma média de idades mais alta (entre 17,2 e 17,8) e, em contrapartida, a primeira década do século XX mostra uma tendência para o rejuvenescimento da população escolar (regresso à média dos 16 anos).

Quando inventariamos as profissões registadas nas matriculas dos alunos que frequentaram a Escola entre 1885 e 1910, procuramos visualizar o cenário do Porto em movimento e, sobretudo, em crescimento²⁰.

Olhando para os 2.386 matriculados (dos quais 662 são alunas), predominantemente situados entre os 10 e os 14 anos, pensamos que estaríamos sobretudo perante aqueles que esperavam da escola um roteiro mais competente para um trajecto profissional com mais opções. Esta perspectiva pode ainda ser reforçada pelos “assumidamente estudantes” que representam 196, estando 194 entre os 6 e os 19 anos, e merecendo registo o inscrito nesta categoria com idade superior a 30 anos. Se associarmos os 84 “sem profissão” que, pela idade, nos parecem também apenas estudantes, encontramos um número global de 2.666 alunos que significam 27,8% da população escolar do período estudado.

Depois observamos uma cidade em crescimento²¹, com casas em construção - tanto os palacetes para a burguesia como as ilhas para os operários -, com o comércio em franca actividade, com uma população de gostos mais requintados e hábitos de leitura mais generalizados. Essa imagem da cidade é-nos sugerida, nomeadamente:

- pelos 1416 carpinteiros/marceneiros, pelos 8 mestres de obras, pelos 910 pedreiros e trolhas e pelos 1.694 serralheiros que certamente contribuíram para a nova fisionomia habitacional da cidade;
- os 772 caixeiros e os 13 comerciantes e despachantes evidenciam a vitalidade comercial de um espaço com grande mobilidade de pessoas e de produtos;
- os 88 alfaiates, os 31 barbeiros, os 7 chapeleiros, os 100 desenhadores, os 91 escultores/oleiros, os 19 estofadores, os 17 fabricantes de instrumentos musicais, os 582 ourives/relojeiros e os 87 sapateiros/tamanqueiros eram por certo responsáveis

²⁰ Para além da inserção da análise num quadro do Porto de finais de oitocentos, convirá referir os cursos que, pelo Decreto de 5 de Outubro de 1893, passaram a poder existir na Escola Infante D. Henrique, através da combinação de diferentes disciplinas: Pintor decorativo, Bordadeira, Modista, Costureira, Florista, Lavrante de Couro, Serralheiro civil, Ourives cinzelador, Formador, Estucador, Encadernador, Canteiro, Marceneiro, Carpinteiro civil, Carpinteiro mecânico, Serralheiro mecânico, Condutor de máquinas, Fabricante de instrumentos de precisão, Fundidor e Tintureiro. Em 14 de Dezembro de 1897, o Decreto da responsabilidade de Augusto José da Cunha, restringia os cursos a quatro - Desenho Industrial, Profissional Industrial, Curso Livre de Química e Curso de Condutor de Máquinas - e garantia oficinas (ensino prático) nas áreas de carpintaria, serralharia, pintura decorativa, ourivesaria, tecelagem, instrumentos de precisão, relojoaria e labores femininos.

²¹ “(...) O forte crescimento da população portuense no último quartel do século XIX coincide com profundas alterações no espaço urbano. (...) No movimento urbanístico da cidade de fim de século parecem destacar-se: 1) o aparecimento de novos pólos de crescimento, como a Boavista ou certas zonas das freguesias de Campanhã e

- pela apresentação mais cuidada ou pelos gostos mais luxuosos de uma cidade engrandecida pelos palacetes burgueses, mas também matizada pelas ilhas “lôbregas”²²;
- os hábitos de leitura mais generalizados podem ser aferidos pelos 17 encadernadores, pelos 157 tipógrafos/litógrafos e, certamente também, pelo apoio prestado à imprensa, nesta altura em franco desenvolvimento, pelos 58 fotógrafos registados.

Evidentemente que uma cidade de crescente vitalidade exige também um aparelho administrativo mais numeroso - a Escola tem nos seus alunos 222 funcionários públicos-, uma segurança mais atenta (sobretudo às movimentações republicanas) representada na população da Escola com 78 militares, mas também preocupações de saúde e higiene que obrigam os seus habitantes a recorrer frequentemente aos farmaceuticos que, quando as pestes ou epidemias os deixam, frequentam a Escola - 21 passaram pela Infante D. Henrique entre 1885 e 1910.

Mas a população escolar reflecte ainda, no nosso entender, dois aspectos da cidade, de sentido contrário:

- a tradição representada pelos matriculados ligados ao sector textil que se mantêm como actividade ocupacional de grande número de portuenses - 177 alunos aparecem referenciados como fabricantes/tecelões e 11 são tintureiros;
- a inovação identificada com algumas profissões que já nos aparecem representadas na população da Escola - caso dos 2 electricistas, dos 26 telegrafistas e até, embora com menor dose de novidade, dos 18 tabaqueiros.

Uma referência final para os 54 professores - diria melhor professoras pois 34 são do sexo feminino - que se inscreveram entre 1885 e 1910. Aliás, esta categoria, marginalizada a de “indeterminado” é a mais representada de entre as alunas matriculadas.

Assumindo a regularidade da frequência da escola segundo o currículo superiormente definido ou inscrevendo-se voluntariamente por disciplinas, o aluno predominantemente originário do Porto, procurou estar atento à mutação da cidade que o cercava e aproveitou a oportunidade educativa oferecida pela nova rede escolar implementada a partir de 1884 para melhor se preparar para a mudança, para se aperfeiçoar profissionalmente ou, simplesmente, para evoluir e crescer intelectualmente.

Globalmente, a República chega numa altura em que a adesão à Escola tinha estabilizado, a assiduidade revelava-se mais consistente e o aproveitamento atingia valores significativos. A Infante D. Henrique, tal como a grande maioria das escolas da rede de ensino industrial, começava a afirmar-se como alternativa no panorama educativo português.

do Bonfim, em grande parte devido à localização das principais estações ferroviárias; 2) um forte incremento da construção civil e investimentos importantes em novas áreas residenciais, em especial na zona pericentral e nos subúrbios; 3) operações urbanísticas no centro urbano, reduzindo substancialmente as concentrações residenciais da zona histórica, contribuindo para a centrifugação das camadas mais pobres para a periferia; 4) uma diferenciação social dos espaços urbanos; 5) uma maior ligação entre os espaços urbanos e entre estes e os concelhos periféricos, através das novas estruturas de circulação.” In PEREIRA, 1995: 58.

²² FREITAS, 1885, nº 52: 27 de Julho.

Mesmo admitindo que muitas das análises dos inícios da República são coincidentes com as que eram expandidas meio século atrás, não deixa de ser pertinente referir a tendência ascendente do ensino industrial, tanto em número de alunos como na quantidade de escolas vocacionadas para este tipo de ensino. A Escola Infante D. Henrique era, nesta perspectiva, apenas um exemplo de estabelecimento de ensino inserido numa região de grandes potencialidades demográficas, económicas e culturais, que tinha demonstrado, num quarto de século de vida, a validade da aposta concretizada a partir de 1884-1885.

4. CONCLUSÃO

“(…) Qual tem sido o espírito que presidiu a toda a nossa extensa legislação sobre o ensino industrial e comercial? Há nela indícios reveladores duma infiltração progressiva e metódica no seio das massas populares e da indústria e do comércio? Há elementos demonstrando que corresponde às necessidades sociais e lhe pertence papel importante nos progressos da indústria e no desenvolvimento do comércio? Tem desempenhado missão educativa e civilizadora? (...)”²³

Estas questões formuladas pelo Secretário de Estado João Alberto Pereira de Azevedo Neves no relatório de justificação de uma nova organização do ensino industrial e comercial publicada em Dezembro de 1918, ajudam-nos a reflectir retrospectivamente sobre o processo de implantação do ensino industrial, sobretudo desde 1884 até à 1ª República.

Quanto ao espírito de toda a nossa legislação, é verdade que a desconexão vislumbra-se na multiplicidade de leis, decretos, alvarás, ofícios ... que a povoaram ao longo do século XIX. Dessa lição da história do ensino industrial retiraram-se ilacções que vão permitir evitar alguns dos erros identificados: “(...) Não é abrindo escolas e importando mestres do estrangeiro, e ainda menos por se modificarem constantemente leis e programas, que se integra e se infiltra o ensino e a educação na alma rude do povo (...)”²⁴.

Quanto aos indícios reveladores da “infiltração no seio das massas populares” estão aí os números dos primeiros 25 anos de ensino industrial que servem para demonstrar a grande adesão a um ensino mais profissional e mais vocacionado para uma ligação efectiva ao sector produtivo : entre 1884 e 1910 tivemos, só no ensino industrial e de desenho industrial, 87.664 alunos sendo a circunscrição do norte responsável por 38.212 e a do sul por 49.452. São números que justificam a crescente preocupação de uma permanente actualização curricular e alargamento da rede escolar visível na legislação publicada ao longo da 1ª República.

Quanto à missão educativa e civilizadora só um estudo que permitisse conhecer os percursos profissionais dos alunos e das alunas que saíam diplomados das escolas garantiriam respostas fundamentadas, mas a sensação que fica da permanente pressão sobre as instalações, do alargamento da rede escolar, do prestígio social de algumas escolas e alunos e das vezes que se levantaram quando se reduziu o ensino secundário aos liceus, é a de que ainda hoje o seu papel educativo e social é insubstituível.

Preservar o espólio das antigas escolas, publicitar o seu percurso, identificar os seus destinatários e salvaguardar a sua memória é a melhor forma de exercermos uma verdadeira cidadania patrimonial.

²³ Relatório do decreto nº 5029 de 1 de Dezembro de 1918. In *Colecção*, 1919, II: 821-822.

²⁴ Relatório do decreto nº 5029 de 1 de Dezembro de 1918. In *Colecção*, 1919, II: 822.

Siglas

- compil.* – compilado por
ed. – editado por
p. – página (s)
pref. – prefácio
s.n. – *sine nomine*
selec. – seleccionado por
vol. – volume (s)

BIBLIOGRAFIA

- ADÃO, Áurea, 1982 - *A Criação e Instalação dos Primeiros Liceus*, Oeiras, Instituto Gulbenkian da Ciência.
- ALVES, Luís Alberto Marques, 1998 - *Contributos para o Estudo do Ensino Industrial em Portugal (1851 - 1910)*, ed. do Autor, Porto.
- ARROIO, António José, 1911 - *Relatórios sobre o Ensino Elemental Industrial e Comercial*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Boletim da Escola Industrial de "Faria Guimarães" (Arte Aplicada). 1884 a 1939*, 1939, Porto, Edições Maranus.
- Colecção Oficial da Legislação Portuguesa, ano de 1918, 1919*, Lisboa, Imprensa Nacional, vol. II, p. 821-822.
- CORDEIRO, José Manuel Lopes, 1996 - *Empresas e Empresários portugueses na segunda metade do século XIX. "Análise Social"*, IV Série, vol. XXXI, p. 136-137, 313-342.
- COSTA, D. António da, 1871 - *História da Instrução Popular em Portugal desde a fundação da Monarquia até aos nossos dias*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- COSTA, Mário Alberto Nunes, 1990 - *O ensino industrial em Portugal de 1852 a 1900 : (Subsídios para a sua história)*, Lisboa, Academia Portuguesa de História.
- DINIS, Júlio, 1989 – *Uma família inglesa in LIMA, Isabel Pires de, selec., pref. – "Trajectos: O Porto na memória naturalista"*, Lisboa, Guimarães Editora, p. 27-29.
- FREITAS, José Joaquim Rodrigues de, 1996 - *Novas Páginas Avulsas*, recolha e introdução de Jorge Fernandes Alves, Porto, Fundação Engº António de Almeida.
- FREITAS, Rodrigues de, 1885 - *A Miséria no Porto*, "Folha Nova", nº 52, 27 de Julho.
- GOMES, Joaquim Ferreira, 1985 - *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública (1844 - 1859)*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra.
- HORTA, José Maria da Ponte, 1881 - *Estado e Crítica do Nosso Ensino Oficial*, Lisboa, s.n..
- LEITÃO, José Guilherme de Parada e Silva, 1888 - *Relatórios sobre as Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Norte (1884-1885 a 1886-1887)*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- MANSO, A. J. de Paiva, coord., 1928 - *Anuário da Escola Industrial do Infante D. Henrique do Porto: Ano lectivo de 1926-1927*. Porto: Oficinas Gráficas da Escola Industrial do Infante D. Henrique.
- MARTINHO, António Manuel Pelicano Matoso, 1993 - *A Escola Avelar Brotero 1884 - 1974 - Contributo para a História do Ensino Técnico – Profissional*, Guarda : s.n..
- PEREIRA, Gaspar Martins, 1995 - *Famílias Portuguesas na viragem do século (1880 - 1910)*, Porto, Edições Afrontamento.
- Porto 1865, uma exposição*, 1994, Lisboa, Comissariado da Expo 98.
- PORTUGAL, 1907 - *Anuário Estatístico - 1900*. Lisboa : Imprensa Nacional.
- REIS, Jaime, 1993 - *O Analfabetismo em Portugal no século XIX : uma interpretação in "Colóquio Educação e Sociedade"*, Lisboa, 2.
- Relatórios sobre as Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Norte (1884-1885 a 1886-1887)*, 1888, Lisboa, Imprensa Nacional.
- SERRALHEIRO, J. Paulo; LOBO, M. Natália; PEIXOTO, Jorge Mário; REBELO, Olímpia, 1985 - *A Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis e o Ensino Técnico, Profissional e Artístico em Portugal*, Porto.
- SILVA, Augusto Santos, 1997 - *Palavras para um País : Estudos Incompletos sobre o século XIX português*, Oeiras, Celta Editora.
- VASCONCELOS, José Máximo de Castro Neto Leite e, compil., 1850/1910 - *Colecção Oficial da Legislação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional.

